

ANARQUISMO E LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

Alfredo M. Bonanno*

Introdução de Jean Weir

Os anarquistas tendem a se esquivar da questão sobre a luta de libertação nacional ou rejeitá-las inteiramente por causa de seus princípios internacionalistas.

Para que o internacionalismo não seja apenas uma retórica sem sentido, deve implicar a solidariedade entre o proletariado de diferentes países ou nações. Este é uma posição concreta. Quando houver uma revolução, será como no passado, em uma área geográfica precisa. O quanto ficar lá estará diretamente ligado à extensão desse internacionalismo, tanto em termos de solidariedade quanto de difusão da própria revolução.

O “patriotismo” do povo em um nível básico e inadulterado é a luta por sua própria autonomia, uma necessidade natural, um “produto da vida de um grupo social unido por laços de solidariedade genuína e ainda não enfraquecido pela reflexão ou pelo efeito de interesses econômicos e políticos, bem como abstrações religiosas” (BAKUNIN). Assim como o Estado é uma construção anti-humana, o nacionalismo é um conceito projetado para transcender e frustrar a luta de classes que existe onde quer que o capitalismo exista (em todo o mundo). Se os esforços das pessoas que estão vivendo no fermento social e econômico do que está acontecendo sob o nome de libertação nacional forem deixados para seus líderes, eles correm o risco de não se encontrarem em situação melhor do que antes, vivendo em Estados micro-corporativos sob qualquer bandeira. Isso é escolhido por esses últimos. O antiimperialismo pode mascarar o corporativismo local se a luta não for colocada em termos de classe em um nível micro e macroscópico. Como esse artigo demonstra, muitos dos grupos marxistas engajados nas lutas de libertação nacional não são muito claros neste ponto.

O artigo de Alfredo Bonanno foi escrito em resposta a uma situação real, a da Itália e, em particular, da Sicília. Atualmente, naquele país, onde a desintegração

* Artigo publicado primeiro em 1976. Disponível em inglês na <https://theanarchistlibrary.org/library/alfredo-m-bonanno-anarchism-and-the-national-liberation-struggle>.

econômica e política é abundante, o elo mais fraco (Sicília) está sendo submetido a propaganda e ações voltadas para criar um estado de tensão a fim de lançar as bases para uma solução separatista. Esta solução, um Estado siciliano separado, está sendo proposta pelas forças da direita, ou seja, os fascistas, que formaram uma tênue aliança de trabalho com a Máfia, que juntos são os servos dispostos dos interesses dos Estados Unidos por intermédio da CIA. Cada partido tem seus próprios interesses para estabelecer e proteger: a máfia teria acesso a contatos políticos e facilidades para transações financeiras, os americanos manteriam seu controle sobre uma economia que atualmente está buscando soluções do Partido Comunista e manteriam uma base estratégica no Mediterrâneo, e os fascistas, uma vez no poder, ganhariam credibilidade, permitindo-lhes estender esse poder para o Norte.

Escusado será dizer que o proletariado siciliano pagaria o preço desta solução para os problemas do país, da mesma forma que até agora pagou com suor e sangue pelo desenvolvimento do Norte, bem como forneceu mão-de-obra barata aos alemães e Economias suíças. Esta situação não pode ser descartada como irrelevante para os revolucionários simplesmente porque, quando atingir o olhar internacional, será mascarada como uma luta nacionalista. A verdade básica da realidade siciliana é um proletariado superexplorado cuja única solução pode ser buscada através da luta armada pela autonomia dos trabalhadores através de um sistema federal ou coletivista de produção de troca.

Chegando perto de casa, duas situações se apresentam de imediato: a primeira, a Irlanda, que tende a ser deixada de lado por ser muito complicada, ou apoiada incondicionalmente como uma guerra anti-imperialista. Este anti-imperialismo precisa ser esclarecido. Que o proletariado irlandês nunca dirigirá suas próprias vidas enquanto os soldados britânicos estiverem ocupando suas terras é um fato. Mas um dominador interno, seja republicano ou não, com seu próprio exército ou aparelho de Estado, não seria menos obstáculo. Que as sementes da revolução que sempre foram identificadas com a independência nacional existem na Irlanda é um fato, mas esse fato está sendo constantemente distorcido por aqueles que têm interesse em usar as diferenças raciais e religiosas para seus próprios fins. Somente por meio de mudanças econômicas e sociais revolucionárias, por meio de ações autônomas dos explorados irlandeses como um todo, apoiados pelos explorados da Grã-Bretanha e do resto do mundo, as diferenças étnicas serão redimensionadas e as fantasias superestruturais serão destruídas. A contra-

informação deve ser divulgada em oposição à mídia, que prosperou em incitar o ódio em torno de questões irracionais. Os fundamentos econômicos dessas questões irracionais deveriam ser expostos ao mundo, e as soluções econômicas trabalhadas por meio de ação direta para colocar a produção, a distribuição e a defesa nas mãos das próprias pessoas.

Na Escócia, as grandes empresas encontraram novas raízes, e o argumento nacionalista está se mostrando eficaz em fazer com que os trabalhadores se sacrifiquem pelo falso objetivo de “construir a economia nacional” e “conter a inflação”, por meio da “independência de Whitehall”. Os interesses multinacionais podem prosperar em Estados interdependentes centralizados menores, em vez do velho conceito de nação poderosa. No nível social, sempre há interesses pessoais (econômicos e de status) a serem conquistados: por exemplo, o renascimento da linguagem muitas vezes significa a possibilidade de uma nova elite local envolvida na mídia, educação e assim por diante.

Ao mesmo tempo, é fácil entender por que os explorados na Escócia deliberadamente subdesenvolvida olham para os centros do capitalismo britânico e interpretam sua miséria através de uma ótica nacionalista. O trabalho revolucionário de desmascarar o nacionalismo irracional não deve desdenhar a luta básica pela identidade e autogestão ou desviá-la para uma espera passiva por uma revolução mundial abstrata.

Os anarquistas devem, portanto, trabalhar para mostrar o vazio da autodeterminação nacional e interromper os planos corporativos dos partidos, sindicatos e patrões, identificando a luta real pela auto-apropriação e contribuindo para ela de forma concreta. No caminho da insurreição generalizada, as técnicas de sabotagem e defesa devem estar nas mãos dos diretamente envolvidos, eliminando a dependência de grupos externos e de suas ideologias, para que assumam a produção e distribuição e gerenciem suas próprias áreas com base em federalismo livre, coletivismo ou ambos. Partindo dessa base autogerida em uma lógica onde a “fase de transição” não encontra lugar, a perspectiva de uma federação mais ampla de pessoas livres torna-se uma realidade previsível.

Tudo isso requer estudo e trabalho, tanto a nível prático como teórico. Esperamos que este folheto seja uma pequena contribuição nesse sentido.

Anarquismo e a luta de libertação nacional

O anarquismo é internacionalista, sua luta não se limita a uma região ou área do mundo, mas se estende por toda parte ao lado do proletariado que está lutando por sua própria libertação. Isso requer uma declaração de princípios que não são abstratos e vagos, mas concretos e bem definidos. Não estamos interessados em um humanismo universal que encontra origem e justificativa na revolução burguesa francesa de 1789. A declaração dos direitos do homem, bandeira agitada por todos os governos democráticos hoje no poder, trata de um homem abstrato que se identifica com o burguês ideal.

Muitas vezes argumentamos contra um certo anarquismo idealista que fala de revolução universal, atos de fé, iluminismo e, em substância, rejeita a luta do proletariado e é antipopular. Este anarquismo torna-se um humanitarismo individual e mitológico sem nenhum conteúdo social ou econômico preciso. O planeta inteiro passa a ser visto como uma unidade biológica e as discussões terminam em um adiamento estéril ao poder determinante da superioridade do ideal anarquista sobre todos os outros ideais.

Pensamos, ao contrário, que o homem é um ser histórico, que nasce e vive em uma situação histórica precisa. Isso o coloca em certas relações com estruturas econômicas, sociais, linguísticas, étnicas, etc., com importantes consequências no campo da ciência, da reflexão filosófica e da ação concreta. O problema da nacionalidade nasce dessa direção histórica e não pode ser eliminada dela sem confundir totalmente o próprio fundamento do federalismo anarquista. Como escreveu Bakunin: “Cada povo, por menor que seja, possui seu próprio caráter, seu modo particular de viver, falar, sentir, pensar e trabalhar, e esse caráter, seu modo específico de existência, é precisamente a base de sua nacionalidade. É o resultado de toda a vida histórica e de todas as condições do ambiente desse povo, um fenômeno puramente natural e espontâneo.”

A base do federalismo anarquista é a organização da produção e distribuição de bens, em oposição à administração política das pessoas. Na verdade, uma vez que a revolução está em andamento e a produção e distribuição passam a ser tratadas de forma coletivista ou comunista (ou de várias maneiras, de acordo com as necessidades e possibilidades), a estrutura federal com seus limites naturais tornaria a estrutura política anterior incongruente. Seria igualmente absurdo imaginar um limite tão amplo como aquele que se estende por todo o planeta. Se houver uma revolução, será incompleta, e isso deve se materializar no espaço. Os limites territoriais não coincidirão

necessariamente com os limites políticos do Estado precedente, que foi destruído pela revolução. Nesse caso, a divisão étnica ocuparia o lugar da política deformadora. Os elementos coesos da dimensão étnica são precisamente aqueles que ajudam a identificar a nacionalidade e que foram tão claramente expressos por Bakunin na passagem citada acima.

Mas esse argumento, deve ficar claro, nada tem a ver com separatismo. O ponto essencial do argumento que estamos apresentando aqui é que não há diferença entre exploradores, que o fato de nascer em certo lugar não influencia as divisões de classe. O inimigo é aquele que explora, organizando a produção e a distribuição em uma dimensão capitalista, mesmo que esse explorador nos chame de compatriotas, camaradas de partido ou qualquer outro epíteto agradável. A divisão de classes ainda é baseada na exploração realizada pelo capital com todas as vertentes econômicas, sociais, culturais, religiosos, etc., meios à sua disposição, e a base étnica que identificamos como os limites da federação revolucionária nada tem a ver com isso. A unidade com os exploradores internos é impossível, porque nenhuma unidade é possível entre a classe dos trabalhadores e a classe dos exploradores.

Nesse sentido, Rocker escreve: “Somos anacionais. Exigimos o direito à livre decisão de cada comuna, de cada região, de cada povo; precisamente por isso rejeitamos a ideia absurda de um Estado nacional unitário. Somos federalistas, isto é, partidários de uma federação de agrupamentos humanos livres, que não se separam uns dos outros, mas que, pelo contrário, se associam ao melhor dos laços íntimos, por meio de relações naturais, morais e econômicas. A unidade a que aspiramos é uma unidade cultural, uma unidade que avança sobre os mais diversos fundamentos, baseada na liberdade e capaz de repelir todo mecanismo determinista das relações recíprocas. Por isso rejeitamos todo particularismo e todo separatismo sob os quais se escondem certos interesses individuais ... pois aqui temos uma ideologia onde é possível discernir os sórdidos interesses dos grupos capitalistas.”

Resta até hoje, mesmo entre os anarquistas quando confrontados com o problema da nacionalidade, um resíduo vivo de raciocínio idealista. Não sem razão, o anarquista Nido escreveu em 1925: “O desmembramento de um país não é considerado um ideal desejável por muitos revolucionários. Quantos camaradas espanhóis aprovariam o desaparecimento histórico da Espanha e sua reorganização em uma base regional

constituída de etnias castelhanas, bascas, galegas e catalãs, etc. grupos? Os revolucionários na Alemanha se resignariam a um desmembramento semelhante a um tipo de organização libertária que se baseou nos grupos históricos da Baviera, Baden, Vestfália, Hannover, etc.? Por outro lado, esses camaradas muito possivelmente gostariam de ver um desmembramento do atual Império Britânico e uma reorganização livre e independente de suas colônias na Grã-Bretanha (Escócia, Irlanda, País de Gales) e no exterior, o que não agradaria aos Revolucionários ingleses! Esses são os homens e, desta forma, no decorrer da última guerra (a 1ª Guerra Mundial), vimos a coexistência do conceito de nacionalidade no sentido histórico, ao lado das reivindicações revolucionárias dos anarquistas.” (Obviamente referindo-se a Kropotkin e o Manifesto dos Dezesseis.)

Nest se refere a um estado de espírito que não mudou muito. Ainda hoje, seja devido à persistência dos ideais iluministas e maçônicos dentro de uma certa parte do movimento anarquista, ou devido a uma preguiça mental que tira muitos camaradas dos problemas mais candentes e os empurra para águas menos turbulentas, as reações no face ao problema da nacionalidade não são muito diferentes dos descritos por Nido.

Em si, o problema não nos preocuparia muito, se não fosse o fato de ter um escoamento histórico muito preciso e a falta de clareza ter efeitos extremamente negativos em muitas das lutas reais no curso do desenvolvimento. Em substância, o problema da nacionalidade permanece em um nível teórico, enquanto o da luta pela libertação nacional assume cada vez mais no mundo de hoje, uma relevância prática de grande importância.

Anarquistas e a luta de libertação nacional

O processo de descolonização intensificou-se em muitas estruturas imperialistas desde a última guerra, levantando urgentemente o problema de uma interpretação socialista e internacionalista da luta de libertação nacional. O drama do povo palestino, as lutas na Irlanda, nos Países Bascos, na África e na América Latina estão continuamente colocando o problema com uma violência até então desconhecida.

Diferentes formas econômicas dentro de um mesmo país determinam uma situação de colonização, garantindo o processo de centralização. Em outras palavras, a persistência da produção capitalista requer desigualdades na taxa de desenvolvimento para continuar. Mandel escreve sobre este assunto: “A desigualdade na taxa de desenvolvimento entre

diferentes setores e diferentes empresas é a causa da expansão capitalista. Isso explica como a reprodução ampliada pode continuar até atingir a exclusão de todos os meios não capitalistas. A mais-valia é, portanto, realizada por meio de um aumento na concentração de capital”. Mandel também trata do desenvolvimento desigual entre as várias áreas de um Estado político. O princípio básico do capitalismo é que embora possa assegurar o equilíbrio parcial, nunca pode assegurar o equilíbrio total, isto é, é incapaz de industrializar de forma sistemática e harmoniosa todo um vasto território. Em outras palavras, a colonização regional não é uma consequência da centralização, mas, ao contrário, uma das pré-condições do desenvolvimento capitalista. Naturalmente, a centralização econômica acompanha a centralização política, e quaisquer alusões ao centralismo democrático são meramente fórmulas demagógicas, usadas em certos momentos históricos. Examinando superficialmente os fatos da produção industrial e agrícola desde a unificação da Itália até o final da década de 1960, pode-se ver claramente quais tarefas o Estado atribuiu ao Sul: fornecer capital (especialmente retornos de emigrantes, impostos, etc.), fornecer mão-de-obra barata (emigração para o Norte) e fornecer produtos agrícolas em troca de produtos industriais com base na relação de troca colonial.

Uma objeção a isso poderia ser que o Estado discrimina desta forma entre dois grupos burgueses: os industriais do Norte e os latifundiários do Sul, mas para entender isso devemos ter em mente as diferentes possibilidades de exploração entre um altamente desenvolvido e um área subdesenvolvida. No Sul, um dia de 12-14 horas era normal, enquanto o dia de oito horas já havia sido ganho no Norte. É assim que, graças às várias vantagens de uma concepção de sociedade ainda medieval, os latifundiários sulistas continuaram a extrair mais-valia sem muitos reinvestimentos. Assim, o desenvolvimento do Norte foi garantido pela exploração e escravização do Sul. O governo político do Norte ditou essa direção que então seguiu o curso da produção capitalista em geral. A integração no sistema capitalista italiano produziu uma desintegração da economia siciliana que, em muitos aspectos, é de um tipo pré-capitalista. A lei do mercado obrigava as regiões mais atrasadas a se integrarem ao sistema capitalista de base: é o fenômeno da colonização, que ocorre tanto nas regiões ou nações estrangeiras quanto nas regiões internas de um único Estado capitalista.

A próxima etapa do desenvolvimento capitalista é o salto sobre a fronteira nacional, que foi enfraquecida pela polarização das economias circunvizinhas nos picos da monopolização cambial. A colonização dá lugar ao imperialismo.

Eis o que escreveram os camaradas da Frente Libertária sobre a questão: “Os movimentos de libertação nacional devem ter esta realidade em mente e não se limitar a uma análise pré-imperialista que levaria a um terceiro-mundismo regional. Isso significaria que sua luta revolucionária permaneceria dentro da dialética do colonizador-colonizado, enquanto os fins a serem alcançados seriam apenas independência política, soberania nacional, autonomia regional, etc. Esta seria uma análise superficial, e não levaria em conta a realidade global. O inimigo a ser derrotado pelos irlandeses, bretões, provençais, por exemplo, não é a Inglaterra e a França, mas sim toda a burguesia inglesa, bretã, provençal ou americana. Desta forma, podem ser compreendidos os laços que unem a burguesia regional com a burguesia nacional e mundial. ”

Desta forma, a libertação nacional vai além da simples descolonização interna e ataca a situação real do desenvolvimento capitalista imperialista, colocando o objetivo da destruição do Estado político numa dimensão revolucionária.

Os limites étnicos também se tornam facilmente reconhecíveis. O limite étnico no processo revolucionário de federações livres de associações de produção e distribuição tem sua contrapartida na fase pré-revolucionária dentro de uma dimensão de classe. A base étnica de hoje consiste no conjunto das pessoas exploradas que vivem em um determinado território de uma dada nação, não havendo uma base étnica comum entre explorador e explorado. É lógico que essa base de classe será destruída junto com a destruição do Estado político, onde o limite étnico não mais coincidirá com os explorados que vivem em um determinado território, mas com o conjunto dos homens e mulheres que vivem naquele território que escolheram viver suas vidas livremente.

Sobre este problema continuam os camaradas da Frente Libertária: “A cultura étnica não é a de todos os que nascem ou vivem no mesmo território e falam a mesma língua. É a cultura de quem, em determinado grupo, sofre a mesma exploração. A cultura étnica é uma cultura de classe e, por isso, é uma cultura revolucionária. Mesmo que a consciência de classe dos trabalhadores corresponda a uma classe trabalhadora em

situação de dependência nacional, é a consciência de classe que levará a luta até o fim: a destruição do capitalismo em seu estado atual. A luta decisiva a ser levada a cabo deve ser uma luta de classes mundial dos explorados contra os exploradores, a partir de uma luta sem fronteiras, com táticas precisas contra a burguesia mais próxima, especialmente se eles se proclamam "nacionalistas". Além disso, esta luta de classes é a única forma de salvar e estimular a "especificação étnica" sobre a qual seria possível construir um socialismo sem Estado".

O programa anarquista sobre a luta de libertação nacional é, portanto, claro: não deve ir para a constituição de uma "etapa intermediária" da revolução social através da formação de novos Estados nacionais. Os anarquistas se recusam a participar nas frentes de libertação nacional; eles participam de frentes de classe que podem ou não estar envolvidas nas lutas de libertação nacional. A luta deve se espalhar para estabelecer estruturas econômicas, políticas e sociais nos territórios libertados, com base em organizações federalistas e libertárias.

Os marxistas revolucionários que, por motivos que não podemos analisar aqui, monopolizam as várias situações em que se travam as lutas de libertação nacional, nem sempre podem responder com tanta clareza à perspectiva de uma contestação radical da centralização do Estado. Seu mito do desaparecimento do Estado burguês e sua pretensão de usá-lo criam um problema insuperável.

Marxistas e a luta de libertação nacional

Se pudermos compartilhar a análise de classe feita por alguns grupos marxistas, como a elaborada por uma parte da E.T.A. que publicamos no nº. 3 do livro "Anarquismo", o que não podemos aceitar é a hipótese fundamental da formação de um Estado operário baseado na ditadura do proletariado, mais ou menos nos moldes do Estado político precedente de acordo com a capacidade organizacional das organizações individuais de libertação nacional. Por exemplo, os camaradas do E.T.A. lutam por um país basco livre, mas não estão muito interessados em uma Catalunha ou uma Andaluzia livres. Aqui voltamos às dúvidas tão bem expressas por Nest que citamos acima. Na base de muitas análises marxistas, esconde-se um nacionalismo irracional que nunca é muito claro. Voltando aos clássicos marxistas e sua polêmica com Bakunin, podemos

reconstruir uma espécie de diálogo entre os dois, lembrando uma obra semelhante realizada pelo camarada búlgaro Balkanski.

Em 1848, imediatamente após o congresso eslavo, onde ele desenvolveu sem sucesso a ideia de uma federação eslava para reunir uma Rússia livre e todos os povos eslavos para servir como um primeiro núcleo para uma futura federação europeia e, em seguida, uma federação universal maior de povos, Bakunin participou da insurreição de Praga. Após os acontecimentos em Praga, Bakunin, perseguido pela polícia, refugiou-se em Berlim e estabeleceu contactos estreitos com alguns estudantes checos com o objetivo de tentar uma insurreição na Boémia. Nesta época (no início de 1849), publicou *Appeal to the Slavs*, que resultou em ele ser injustamente acusado de pan-eslavismo. Marx e Engels responderam com uma crítica azeda em seu artigo *Neue Rheinischer Zeitung*. Vejamos agora esse diálogo hipotético, conforme sugerido por Balanski.

Bakunin: Os povos eslavos escravizados pela Áustria, Hungria e Turquia devem reconquistar sua liberdade e se unir à Rússia, livre do zsarismo, em uma federação eslava.

Marx-Engels: Todas essas nações pequenas, impotentes e atrofiadas basicamente devem reconhecimento àqueles que, de acordo com a necessidade histórica, as anexam a algum grande império, permitindo-lhes assim participar de um desenvolvimento histórico que, se tivessem sido abandonados a si mesmas, teriam permanecido bastante estranho para eles. Obviamente, tal resultado não pode ser alcançado sem pisar em algumas áreas sensíveis. Sem violência, nada pode ser alcançado na história.

Bakunin: Devemos permitir em particular a libertação dos tchecos, eslovacos e morávios, e sua reunificação em uma única entidade.

Marx-Engels: Os tchecos, entre os quais devemos incluir os morávios e os eslovacos, nunca tiveram uma história. Depois de Carlos Magno, a Boêmia foi amalgamada com a Alemanha. Por um tempo, a nação tcheca se emancipou para formar o Grande Império Morávio. Conseqüentemente, a Boêmia e a Morávia foram definitivamente anexadas à Alemanha e as regiões eslovacas permaneceram na Hungria. E esta 'nação' inexistente de um ponto de vista histórico está exigindo independência? É inadmissível conceder independência aos tchecos porque a Alemanha Oriental pareceria um pequeno pão roído por ratos.

Bakunin: Os poloneses, escravizados por três estados, devem pertencer a uma comunidade em pé de igualdade com seus dominadores atuais: os alemães, os austríacos, os húngaros e os russos.

Marx-Engels: A conquista alemã das regiões eslavas entre Elba e Warthe foi uma necessidade geográfica e estratégica resultante das divisões no Império Carlovíngio. O motivo é claro. O resultado não pode ser questionado. Essa conquista era do interesse da civilização, não pode haver dúvida sobre isso.

Bakunin: Os eslavos do sul, escravizados por uma minoria estrangeira, devem ser libertados.

Marx-Engels: É de necessidade vital para os alemães e os húngaros abandonarem o Adriático. As considerações geográficas e comerciais devem vir antes de qualquer outra coisa. Talvez seja uma pena que a magnífica Califórnia tenha sido recentemente arrancada dos mexicanos ineptos que não sabem o que fazer com ela. A “independência” de alguns espanhóis na Califórnia e no Texas pode sofrer. A "justiça" e outros princípios morais talvez sejam negados em tudo isso. Mas o que pode ser feito em face de tantos outros eventos desse tipo na história universal?

Bakunin: Enquanto existir uma única nação perseguida, o triunfo final e completo da democracia não será possível em lugar nenhum. A opressão de um povo ou de um único indivíduo é a opressão de todos, e não é possível violar a liberdade de um sem violar a liberdade de todos.

Marx-Engels: No manifesto pan-eslavo, não encontramos nada além dessas categorias mais ou menos morais: justiça, humanidade, liberdade, igualdade, fraternidade, independência, que parecem boas, mas que nada podem fazer no campo político e histórico. Repetimos, nenhum povo eslavo - exceto os poloneses, os russos e talvez os eslavos turcos - tem futuro pela simples razão de que todos os outros eslavos carecem das bases históricas, geográficas, políticas e industriais mais elementares. A independência e a vitalidade os abandonam. Os conquistadores das várias nações eslavas têm a vantagem de energia e vitalidade.

Bakunin: A libertação e federação dos eslavos é apenas o prelúdio da união das repúblicas europeias.

Marx-Engels: É impossível unir todos os povos sob uma bandeira republicana com amor e fraternidade universal. É na luta sangrenta de uma guerra revolucionária que a unificação será forjada.

Bakunin: Certamente, na revolução social, o Ocidente, e especialmente os povos latinos, irão preceder os russos; mas serão as massas eslavas que farão o primeiro movimento revolucionário e garantirão os resultados.

Marx-Engels: Nós respondemos que o ódio dos russos e a primeira paixão revolucionária dos alemães, e agora o ódio dos tchecos e croatas estão começando a se cruzar. A revolução só pode ser salva realizando um terror decisivo contra os povos eslavos que, por sua perspectiva de sua miserável “independência nacional”, venderam a democracia e a revolução. Algum dia nos vingaremos dos eslavos por essa traição vil e escandalosa.

Não pode haver dúvida sobre essas oposições radicais. Marx e Engels permanecem presos a uma visão determinista da história que se pretende materialista, mas que não está isenta de certas premissas hegelianas, diminuindo a possibilidade de um método analítico. Além disso, eles, especialmente Marx, dispararam em avaliações estratégicas que revelam uma ênfase no patriotismo liberal que, se era justificável em 1849, era muito menos em 1855. No entanto, nesta época, durante a guerra da Crimeia, ele escreve: “A grande península ao sul do Sava e do Danúbio, este país maravilhoso, tem a infelicidade de ser habitado por um conglomerado de raças e nacionalidades muito diferentes, não se podendo dizer qual seria a mais adequada para o progresso e a civilização. Eslavos, gregos, romenos, albaneses, quase 12 milhões ao todo, são dominados por um milhão de turcos. Até hoje pode-se perguntar se, de todas essas raças, os turcos não eram os mais qualificados para ter a hegemonia que pode evidentemente ser exercida sobre essa população mista por uma nação.”

E novamente em 1879, no decorrer da guerra russo-turca, que hoje os comunistas chamam de “a guerra de libertação dos patriotas búlgaros”, Marx escreveu: “Nós definitivamente apoiamos os turcos, e isso por duas razões. A primeira é que estudamos os camponeses turcos, isto é, as massas populares turcas, e estamos convencidos de que eles são um dos mais representativos, trabalhadores e moralmente saudáveis dos camponeses europeus. A segunda é que a derrota dos russos acelerará consideravelmente a revolução social que está chegando a um período de transformação radical em toda a Europa”.

De fato, os movimentos marxistas de libertação nacional, quando governados por uma minoria que acaba se transformando em partido (situação generalizada na atualidade), acabam por utilizar distinções estratégicas, deixando os problemas essenciais - que de fato também influenciam estratégia - em segundo lugar.

Os marxistas não adentram, por exemplo, a diferença entre o imperialismo dos grandes Estados e o nacionalismo dos pequenos, frequentemente usando o termo nacionalismo em ambos os casos. Isso causa grande confusão. O nacionalismo dos pequenos Estados é muitas vezes visto como "algo que contém um núcleo positivo, uma revolta interna de caráter social, mas a distinção de classes detalhada é geralmente limitada ao estritamente necessário, de acordo com perspectivas estratégicas. Frequentemente se afirma, seguindo inconscientemente nisso o grande maestro Trotsky, que se por um lado a ascensão do povo e das minorias oprimidas é imutável, a vanguarda da classe trabalhadora nunca deve tentar acelerar esse impulso, mas limitar-se a seguir os impulsos enquanto permanece fora.

Assim escreveu Trotsky em janeiro de 1931: “As tendências separatistas na revolução espanhola levantam o problema democrático do direito de uma nacionalidade à autodeterminação. Essas tendências, vistas superficialmente, se agravaram durante a ditadura. Mas enquanto o separatismo da burguesia catalã não passa de um meio para jogar o governo de Madrid contra o povo catalão e espanhol, o separatismo dos trabalhadores e camponeses é apenas a cobertura de uma revolta mais profunda de natureza social. Devemos fazer uma forte distinção entre esses dois tipos de separatismo. No entanto, é precisamente para distinguir os operários e camponeses oprimidos no seu sentimento nacional, da burguesia que a vanguarda do proletariado deve assumir esta questão do direito da nação à autonomia, que é a posição mais corajosa e sincera. Os trabalhadores defenderão totalmente e sem reservas o direito dos catalães e bascos de viverem como Estados independentes, caso a maioria opte por uma separação completa, o que não significa em absoluto que a elite trabalhadora deva pressionar os catalães e Bascos no caminho do separatismo. Ao contrário, a unidade econômica do país, com grande autonomia para as nacionalidades, ofereceria aos operários e camponeses grandes vantagens do ponto de vista econômico e da cultura em geral”.

É claro que a contraposição é a mais radical possível. Os marxistas e trotskistas seguem sistemas de raciocínio que, para nós, nada têm a ver com a livre decisão das

minorias exploradas de determinar as condições de sua própria liberdade. Não é o caso de retomar as diferenças teóricas fundamentais, mas basta reler a passagem de Trotsky para perceber as ambiguidades teóricas que contém, e quanto espaço é dado a uma estratégia política favorável ao estabelecimento de uma ditadura por um “iluminada minoria”, e quão pouco seria feito para a “real” liberdade dos explorados. Deve-se sublinhar o uso ambíguo do termo separatismo e a insistência em argumentos irracionais como os relativos ao “sentimento nacional”.

Conclusão

Muitos problemas foram levantados neste trabalho, com a consciência de que só o foram em parte, devido à sua grande complexidade. Partimos de uma situação de fato: a da Sicília, e um processo de desmembramento capaz de causar danos incalculáveis em um futuro próximo. Dissemos como esse processo tem, em nossa opinião, uma união de fascistas e mafiosos, e como os interesses que essas pessoas querem proteger são substancialmente os dos norte-americanos. A circulação de certas fórmulas separatistas obsoletas nos obrigou a tomar uma posição mais clara possível, e procurar destacar os pontos essenciais do internacionalismo anarquista em face do problema da luta de libertação nacional. Também fornecemos um breve esboço panorâmico de alguns dos defeitos interpretativos latentes na visão marxista ortodoxa do problema e algumas obtusidades estratégicas que, na prática, determinam as grandes dificuldades que os movimentos de libertação nacional de inspiração marxista se encontram. Tentaremos agora concluir nossa pesquisa com algumas indicações de interesse teórico.

Devemos reexaminar completamente o problema da relação entre estrutura e superestrutura. Muitos camaradas permanecem dentro do modelo marxista e não se dão conta disso, tanto que isso penetrou na nossa forma “atual” de ver as coisas. O poder que os marxistas agora detêm em nossas universidades lhes permite propor um certo modelo analítico às minorias intelectuais, vendendo-o como realidade com sua habitual complacência. Em particular, é a concepção de “meios de produção” que deve ser analisada criteriosamente, mostrando as limitações e consequências do uso determinístico do fator econômico. Hoje a realidade econômica mudou e não pode se encaixar na tipologia marxista; no entanto, eles fazem o máximo para complicar as coisas, tentando assim explicar eventos que, de outra forma, seriam facilmente explicáveis. Interpolando

modelos de raciocínio mais abertos, devemos ser capazes de identificar fatores relevantes, como precisamente as particularidades nacionais e culturais ou étnicas. Estas entram em um processo mais amplo de exploração e determinam mudanças quantitativas que possibilitam a própria exploração e, em última análise, provocam o surgimento de outras mudanças, desta vez de natureza qualitativa. Povos e classes, formações políticas e culturais, movimentos ideológicos e a luta concreta, todos passam por mudanças interpretativas em relação ao modelo básico. Se um determinismo mecanicista é aceito, as consequências são a inevitável ditadura do proletariado, a passagem para uma eliminação progressiva do Estado não facilmente compreensível e historicamente não documentável: pelo contrário, se o modelo interpretativo é aberto e indeterminista, a vontade passa a ser incluída em um processo de influência recíproca com a consciência de classe, se as várias entidades socioculturais fossem analisadas não só economicamente, mas também mais amplamente (socialmente) as consequências seriam muito diferentes. Essas idéias estatistas dariam lugar à possibilidade de uma construção libertária horizontal, um projeto federalista de produção e distribuição.

Certamente tudo isso requer não apenas a negação de um materialismo mecanicista que, em nossa opinião, é fruto do marxismo, mas também um certo idealismo que, ainda em nossa opinião, chega a contagiar uma parte do anarquismo. Da mesma forma, o universalismo pretendido como um valor absoluto é a-histórico e idealizado, porque tal postulação iluminista nada mais é do que o ideal invertido do cristianismo reformado. Não é possível ver claramente por trás da hegemonia ocidental o quanto dela foi desenvolvida pela ideologia de uma falsa liberdade, um humanitarismo ambíguo com uma base cosmopolita. O mito da dominação do homem branco é representado de várias formas como o mito da civilização e da ciência e, portanto, como o fundamento da hegemonia política de alguns Estados sobre outros. A ideologia maçônica e iluminista poderia sustentar o jacobinismo oculto na versão leninista do marxismo, mas não tem nada a ver com o anarquismo, apesar do fato de que muitos camaradas continuam a se divertir com esquemas abstratos e teorias ultrapassadas.

Os anarquistas deveriam dar todo o seu apoio, concreto em relação à participação, teórico em relação a análises e estudos, às lutas de libertação nacional. Isso deve partir da organização autônoma dos trabalhadores, com uma visão clara das contraposições de classe, que está colocando a burguesia local na sua dimensão de classe correta, e prepara a construção federalista da sociedade futura que deve surgir da revolução social. Nesta

base, que não deixa espaço para determinismos e idealismos de várias espécies, qualquer instrumentalização fascista das aspirações do povo oprimido pode ser facilmente combatida. É necessário, porém, que em primeiro lugar estejamos claros entre nós mesmos, olhando para frente e construindo as análises corretas para uma estratégia revolucionária anarquista.

Bakunin (Excertos)

“O Estado não é a Pátria, é a abstração, a ficção metafísica, mística, política, jurídica da Pátria. As pessoas comuns de todos os países amam profundamente sua pátria; mas esse é um amor natural e real. O patriotismo do povo não é apenas uma ideia, é um fato; mas o patriotismo político, o amor ao Estado, não é a expressão fiel desse fato: é uma expressão distorcida por meio de uma falsa abstração, sempre em benefício de uma minoria exploradora.

A pátria e a nacionalidade são, como a individualidade, cada uma um fato natural e social, fisiológico e histórico ao mesmo tempo; nenhum deles é um princípio. Só isso pode ser chamado de princípio humano que é universal e comum a todos os homens; e a nacionalidade separa os homens, portanto não é um princípio. O que é princípio é o respeito que todos devem ter pelos fatos naturais, reais ou sociais. A nacionalidade, como a individualidade, é um desses fatos. Portanto, devemos respeitá-lo. Violá-lo é cometer um crime e, para falar a língua de Mazzini, torna-se um princípio sagrado cada vez que é ameaçado e violado. E é por isso que me sinto sempre sinceramente o patriota de todas as pátrias oprimidas.

A Essência da Nacionalidade. Uma pátria representa o incontestável e sagrado direito de cada homem, de cada grupo humano, associação, comuna, região e nação de viver, sentir, pensar, querer e agir de sua própria maneira e esta maneira de viver e o sentimento é sempre o resultado incontestável de um longo desenvolvimento histórico

Nacionalidade e solidariedade universal. Não há nada mais absurdo e ao mesmo tempo mais prejudicial, mais mortal para o povo do que defender o princípio fictício da nacionalidade como o ideal de todas as aspirações do povo. A nacionalidade não é um princípio humano universal: é um fato histórico local que, como todos os fatos reais e inofensivos, tem o direito de reivindicar aceitação geral. Cada povo e a menor unidade popular têm seu próprio caráter, seu próprio modo específico de existência, sua própria

maneira de falar, sentir, pensar e agir; e é esta idiossincrasia que constitui a essência da nacionalidade, que é o resultado de toda a vida histórica e a soma total das condições de vida desse povo.

Todas as pessoas, como todas as pessoas, são involuntariamente o que são e, portanto, têm o direito de ser elas mesmas. Nele consiste os chamados direitos nacionais. Mas se uma certa pessoa ou pessoa existe de fato de uma forma determinada, isso não significa que ela ou ela tem o direito de defender a nacionalidade em um caso e a individualidade no outro como princípios específicos, e que eles devem continuar agitando para sempre sobre eles. Pelo contrário, quanto menos pensam em si próprios e quanto mais se impregnam de valores humanos universais, quanto mais vitalizados se tornam, mais carregados de significado a nacionalidade se torna em um caso e a individualidade em outro.

A responsabilidade histórica de cada nação. A dignidade de cada nação, como a de cada indivíduo, deve consistir principalmente em cada uma assumir a plena responsabilidade pelos seus atos, sem procurar transferi-la para os outros. Não são muito tolos, todas essas lamentações de um garotão reclamando com lágrimas nos olhos que alguém o corrompeu e o colocou no caminho do mal? E o que é impróprio no caso de um menino está certamente fora de lugar no caso de uma nação, cujo próprio sentimento de respeito próprio deveria impedir qualquer tentativa de transferir a culpa de seus próprios erros para os outros.

Patriotismo e Justiça Universal. Cada um de nós deve elevar-se acima do patriotismo estreito e mesquinho para o qual o próprio país é o centro do mundo, e que se considera grande na medida em que é temido por seus vizinhos. Devemos colocar a justiça humana universal acima de todos os interesses nacionais. E devemos abandonar de uma vez por todas o falso princípio da nacionalidade, inventado recentemente pelos déspotas da França, Rússia e Prússia com o propósito de esmagar o princípio soberano da liberdade. A nacionalidade não é um princípio: é um fato legítimo, assim como a individualidade. Toda nacionalidade, grande ou pequena, tem o direito incontestável de ser ela mesma, de viver de acordo com sua própria natureza. Este direito é simplesmente o corolário do princípio geral da liberdade.

Rudolf Rucker (Nacionalismo e Cultura)

A velha opinião que atribui a criação do estado nacionalista à consciência nacional desperta do povo é apenas um conto de fadas, muito útil para os defensores da ideia do estado nacional, mas falsa, no entanto. A nação não é a causa, mas o resultado do estado. É o estado que cria a nação, não a nação, o estado. Na verdade, desse ponto de vista, existe entre as pessoas e a nação a mesma distinção que entre a sociedade e o Estado.

Cada unidade social é um fundamento natural que, com base em necessidades comuns e mútuo acordo, se constrói organicamente de baixo para cima para garantir e proteger o interesse geral. Mesmo quando as instituições sociais gradualmente se ossificam ou se tornam rudimentares, o propósito de sua origem pode ser claramente reconhecido na maioria dos casos. Toda organização estatal, no entanto, é um mecanismo artificial imposto aos homens de cima por algum governante, e nunca visa a nenhum outro fim a não ser defender e garantir os interesses de minorias privilegiadas na sociedade.

Um povo é o resultado natural da união social, uma associação mútua de homens produzida por uma certa semelhança de condições externas de vida, uma língua comum e características especiais devido ao clima e ao ambiente geográfico. Assim surgem certos traços comuns, vivos em cada membro do sindicato e formando uma parte mais importante de sua existência social. Esse relacionamento interno pode ser criado artificialmente tanto quanto destruído artificialmente. A nação, por outro lado, é o resultado artificial da luta pelo poder político, assim como o nacionalismo nunca foi senão a religião política do Estado moderno. O pertencimento a uma nação nunca é determinado, como o pertencimento a um povo, por causas profundas e naturais; está sempre sujeito a considerações políticas e com base nas razões de Estado atrás das quais os interesses das minorias privilegiadas sempre se escondem ... Um pequeno grupo de diplomatas que são simplesmente os representantes comerciais de casta e classe privilegiada decide remover arbitrariamente a filiação nacional de certos homens, a quem nem sequer se pede o seu consentimento, mas devem submeter-se a este exercício de poder porque não podem ajudar a si mesmos.

Povos e grupos de povos existiam muito antes de o estado aparecer. Hoje, também, eles existem e se desenvolvem sem a ajuda do Estado dos pneus. Eles só são impedidos em seu desenvolvimento natural quando algum poder externo interfere pela

violência em sua vida e a força a padrões que ela não conhecia antes. A nação é, então, impensável sem o Estado. É soldado a isso para o bem ou para o mal e deve sua existência somente à sua presença. Consequentemente, a natureza essencial da nação sempre nos escapará se tentarmos separá-la do Estado e dotá-la de uma vida própria que ela nunca possuiu. Um povo é sempre uma comunidade com limites bastante estreitos. Mas uma nação, via de regra, abrange toda uma gama de diferentes povos e grupos de povos que, por meios mais ou menos violentos, foram inseridos na estrutura de um Estado comum. De fato, em toda a Europa não há Estado que não consista em um grupo de povos diferentes que eram originalmente de descendência e discursos diferentes e foram forçados a formar uma nação unicamente por interesses dinásticos, econômicos e políticos.

Todo o nacionalismo é reacionário em sua natureza, pois se esforça para impor às partes separadas da grande família humana um caráter definido de acordo com uma ideia preconcebida. Nesse aspecto, também mostra a inter-relação da ideologia nacionalista com o credo de todas as religiões reveladas. O nacionalismo cria separações e partições artificiais dentro daquela unidade orgânica que encontra sua expressão no gênero Homem, enquanto ao mesmo tempo busca uma unidade fictícia nascida apenas de um conceito de desejo; e seus defensores gostariam de sintonizar todos os membros de um determinado grupo humano em uma nota, a fim de distingui-lo de outros grupos de forma ainda mais óbvia. A este respeito, o chamado “nacionalismo cultural” não difere em nada do nacionalismo político, para cujos fins políticos serve de folha de figueira. Os dois não podem ser separados espiritualmente; eles meramente representam dois aspectos diferentes do mesmo esforço.

O nacionalismo cultural aparece em sua forma mais pura quando as pessoas são submetidas a um domínio estrangeiro e, por essa razão, não podem perseguir seus próprios planos de poder político. Neste evento, o "pensamento nacional" prefere se ocupar com as atividades de construção da cultura do povo e tenta manter a consciência nacional viva por meio de lembranças da glória perdida e da grandeza do passado. Essas comparações entre um passado que já se tornou lenda e um presente servil tornam o povo duplamente sensível à injustiça sofrida; pois nada afeta o espírito do homem mais poderosamente do que a tradição. Mas se esses grupos de pessoas conseguem, mais cedo ou mais tarde, se livrar do jugo estrangeiro e eles próprios aparecem como uma potência nacional, então a fase cultural de seu esforço fica definitivamente em segundo plano,

dando lugar à superrealidade de seus objetivos políticos. Na história recente dos vários organismos nacionais da Europa criados depois da guerra, são encontrados testemunhos reveladores disso. No nacionalismo-cultura, via de regra, dois sentimentos distintos se fundem, que realmente nada têm em comum: pois o sentimento doméstico não é patriotismo, não é amor ao Estado, não é amor que tem suas raízes na ideia abstrata de nação. Não é necessária uma explicação elaborada para provar que o local onde o homem passou os anos de sua juventude está profundamente integrado a seus sentimentos mais profundos. As impressões da infância e da primeira juventude que são as mais permanentes e têm o efeito mais duradouro sobre sua alma. O lar é, por assim dizer, a vestimenta externa do homem; ele está mais intimamente familiarizado com todas as suas dobras e costuras. Esse sentimento caseiro traz nos anos posteriores algum anseio por um passado há muito enterrado sob as ruínas: e é isso que permite ao romântico olhar tão profundamente para dentro.

Com a chamada “consciência nacional”, esse sentimento doméstico não tem relação; embora ambos sejam frequentemente jogados no mesmo pote e, à maneira dos falsificadores, sejam do mesmo valor. Na verdade, o verdadeiro sentimento doméstico é destruído em seu nascimento pela "consciência nacional", que sempre se esforça para regular e forçar em uma forma prescrita toda impressão que o homem recebe da variedade inesgotável da pátria. Este é o resultado inevitável dos esforços mecânicos de unificação que, na realidade, são apenas aspirações dos Estados nacionalistas.

A tentativa de substituir o apego natural do homem ao lar por um amor zeloso pelo Estado - uma estrutura que deve sua criação a todos os tipos de acidentes e na qual, com força brutal, foram soldados elementos que não têm conexão necessária - é uma dos fenômenos mais grotescos de nosso tempo. A chamada “consciência nacional” nada mais é do que uma crença propagada por considerações de poder político que substituíram o fanatismo religioso dos séculos passados e hoje são o maior obstáculo ao desenvolvimento cultural. O amor ao lar nada tem em comum com a veneração de um conceito patriótico abstrato. O amor ao lar não conhece "vontade de poder"; está livre daquela atitude vazia e perigosa de superioridade para com o próximo que é uma das características mais fortes de todo tipo de nacionalismo. O amor ao lar não se envolve em política prática nem busca de forma alguma apoiar o estado. É puramente um sentimento

interior tão livremente manifestado quanto o gozo do homem pela natureza, do qual o lar faz parte. Quando visto dessa forma, o sentimento de lar se compara ao amor da nação ordenado pelo governo, da mesma forma que um crescimento natural com um substituto artificial.

Traduzido por Kauan Willian dos Santos

Publicado em 02/09/2021 no Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA)